

INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Lílian Fernanda Galesi¹
Karina Rodrigues Quesada²
Maria Rita Marques de Oliveira³

Resumo

A segurança alimentar é um tema de amplo debate sobre objetivos prioritários ao planejamento e construção das políticas públicas no Brasil. Sua definição atual estabelece que a segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e sejam social, econômica e ambientalmente sustentável. Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria, o que, por princípio, os torna complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual. Alguns métodos abordam a disponibilidade de alimentos, ao passo que outros se acercam do problema pela via do acesso ou da estabilidade das famílias no acesso aos alimentos. Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação. Há uma grande demanda para a construção dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, do levantamento de diagnósticos e da produção de informações, principalmente para contribuir na focalização e no direcionamento das políticas públicas. O objetivo deste trabalho é demonstrar e discutir os indicadores atualmente utilizados para avaliar; a segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; políticas públicas; indicadores.

Introdução

A segurança alimentar é um tema de amplo debate sobre objetivos prioritários ao planejamento e construção das políticas públicas no Brasil. Sua definição atual estabelece que a segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e seja social, econômica e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2006).

¹ Doutoranda em Ciências Nutricionais do Programa de Pós-Graduação de Alimentos e Nutrição da Universidade Estadual Paulista(UNESP), Araraquara, SP – Brasil.

² Mestranda em Ciências Nutricionais do Programa de Pós-Graduação de Alimentos e Nutrição da Universidade Estadual Paulista(UNESP), Araraquara, SP – Brasil. Professora do Curso de Nutrição da Universidade de Marília(UNIMAR) – Marília/SP e da Universidade Paulista (UNIP), Assis/SP.

³ Professora Assistente Doutora do Curso de Nutrição do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Botucatu – SP.

A questão alimentar não se esgota em um campo de políticas públicas específico, e ao se tomar à segurança alimentar como um princípio norteador de políticas públicas reconhece-se suas múltiplas implicações e conexões, que refletem diferentes campos de disputas e articulações que se constituem em torno das ações do Estado (PESSANHA, 2004).

A segurança alimentar é direito de todos os brasileiros. Mas, como medir a violação desse direito? Como medir a (in) segurança alimentar e nutricional? Não existe um “medidor” único que reflita todas as dimensões do problema. Existem indicadores capazes de captar determinadas dimensões, mas nenhum informa todas as variáveis. Portanto, avaliar a segurança alimentar requer a conjugação de diversos indicadores (LEÃO, 2008).

Desde 1996 a FAO (*Food and Agriculture Organization*) alerta quanto à necessidade da criação de um protocolo de indicadores básicos relacionados diretamente com a Segurança Alimentar e Nutricional, para ser utilizado como padrão internacional, nacional e/ou local, de forma que seja possível avaliá-la nessas esferas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 1996).

Os indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional

Um indicador pode ser representado por um número, por uma relação entre dois eventos ou por uma qualidade ou atributo do fenômeno em observação. Indicadores são, portanto, medidas-síntese que contêm informações relevantes sobre determinados atributos e dimensões do estado de segurança alimentar, informando aspectos da realidade ou mudanças em processo, tendo em vista a formulação de políticas públicas, além de esclarecer as mudanças e os determinantes dos diferentes fenômenos (PANELLI-MARTINS et al., 2008).

A definição de indicadores requer muita clareza sobre os objetivos e a lógica de cada programa. É sempre possível calcular um número grande de indicadores, os quais nem sempre conseguem expressar os fenômenos ou as condições mais significativas para o programa. Com a função de avaliar e monitorar as políticas e programas em desenvolvimento social, uma secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) foi criada no Ministério de Desenvolvimento Social, uma inovação da gestão pública brasileira, uma vez que até então não existia, em nenhum ministério, uma secretaria com essa finalidade exclusiva. Na construção de indicadores de monitoramento e avaliação devem existir as características de validade, confiabilidade, sensibilidade, desagregação territorial e periodicidade (WAITSMAN et al., 2006).

No âmbito da segurança alimentar e nutricional e pelo seu caráter intersetorial ou transversal, diversos aspectos da realidade social devem ser abordados e analisados simultaneamente, estabelecendo correlações. Essa perspectiva permite abordar questões que

nos apresentem diagnósticos precisos sobre a fome e a desnutrição, tratando conjuntamente das mais diversas áreas sociais como saúde e nutrição, educação, habitação, saneamento, acesso à água, agricultura e abastecimento, acessibilidade às políticas públicas, trabalho e renda, hábitos de consumo alimentar, de sustentabilidade alimentar entre outras (BRAGA, 2008).

Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Insegurança Alimentar e Nutricional – INSAN, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria – o que, por princípio, os torna complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno no nível nacional, outros se aproximam e o tocam no nível domiciliar ou mesmo individual. Alguns métodos abordam a disponibilidade de alimentos, ao passo que outros se acercam do problema pela via do acesso ou da estabilidade das famílias no acesso aos alimentos. Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação (PESSANHA, 2008).

Segundo Peres–Escamilla e Segall–Corrêa (2008), há cinco métodos comumente utilizados em inquéritos nacionais para avaliação da insegurança alimentar: método da Food and Agriculture Organization (FAO), Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), Avaliação do Consumo Dietético Individual, Antropometria e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Todos os métodos possuem problemas sérios de erros de medida, que poderão ser reduzidos pelo conhecimento dos princípios nos quais estão baseados, além do envolvimento de pesquisadores de campo bem capacitados e padronizados.

O método da FAO estima as calorias disponíveis por habitante de um país com base na balança de alimentos e nas pesquisas de orçamentos domésticos. São utilizadas; informações nacionais, sobre estoques, produção, importação, exportação e desperdício de alimentos. Para obter essa informação, o país necessita dos dados: total de calorias disponíveis e população do país no ano de interesse, ingestão energética média, coeficiente de variação desta ingestão (para obter a distribuição do consumo de energia) e o valor de referência que estabelece a necessidade energética mínima *per capita*. As vantagens envolvem o baixo custo, possibilidade de comparações com outros países e de análise das tendências da disponibilidade energética *per capita* ao longo do tempo. Já as desvantagens decorrem da base em informações de alto grau de imprecisão, não mede o acesso aos alimentos ou a qualidade da dieta e confere mais importância ao consumo médio de energia do que a distribuição desta energia, ou seja, não identifica os grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar no âmbito de regiões específicas, de municípios e grupos populacionais. O método

assume que o consumo energético acima da necessidade mínima, indica segurança alimentar, quando é fato que a obesidade tem se tornado um problema entre indivíduos pobres com excessivo consumo energético, associada a níveis leves e moderados de insegurança alimentar. Além disso, outra desvantagem está na quantidade mínima requerida de energia que depende de vários fatores como a idade, o sexo, o perfil de atividade física e a taxa metabólica basal na população de interesse (PERES–ESCAMILLA, 2008; PESSANHA, 2008; SEGALL – CORRÊA, 2007).

Outro método são as Pesquisas de Orçamentos Domésticos baseadas em entrevistas domiciliares. Um morador qualificado informa a renda familiar, os preços e as quantidades dos alimentos consumidos dentro e fora do domicílio, alimentos recebidos por algum membro da família como presente ou forma de pagamento; e alimentos produzidos no domicílio para consumo. Entre as vantagens estão a possibilidade de realizar avaliações da adequação da energia alimentar nos domicílios, da variedade do regime alimentar e do percentual dos rendimentos gasto com a alimentação, permitindo identificar os domicílios em situação de insegurança alimentar. Este método tem as seguintes limitações: falta de investigação da ingestão de alimentos por parte de cada morador, já que se refere à ingestão *per capita* da família; a dificuldade em estimar a quantidade de alimento consumido fora da casa, já que as pessoas relatam o que gastaram, mas não o que comeram; a quantidade de alimentos que é desperdiçada ou que não é destinada aos moradores como hóspedes e animais domésticos; a padronização metodológica entre países e o pequeno número de países que o aplicam anualmente; o alto custo para coleta, digitalização, e processamento da informação; a conversão dos alimentos disponíveis em energia ingerida envolve uma alta margem de erro; o método é caro e requer maiores investimentos em pessoal de diversas áreas, tornando difícil sua aplicação nacional anualmente. (PERES–ESCAMILLA, 2008; PESSANHA, 2008).

As pesquisas de ingestão individual de alimentos representam outro método para a avaliação da insegurança alimentar. A ingestão alimentar pode ser avaliada por diferentes métodos como o recordatório de 24 horas, o questionário de frequência alimentar e o registro do peso dos alimentos ingeridos seguidos de análise do conteúdo químico e nutritivo desses alimentos. Estas informações, comparadas com as exigências de energia e com os limites específicos de cada nutriente, permitem avaliar a adequação do consumo energético e de nutrientes da população (PERES–ESCAMILLA, 2008; PESSANHA, 2008). Apresentam como vantagens a análise atual do consumo alimentar, avaliação da ingestão tanto a curto, médio e longo prazo, contemplação de tanto a quantidade como a qualidade da alimentação e identificação de domicílios e indivíduos em risco. Porém, um dos mais desafiadores aspectos

da ciência e prática da nutrição é a mensuração do consumo de alimentos, devido às limitações dos métodos para medir esta ingestão acuradamente (FISBERG, *et al.*, 2008). Apresentando várias desvantagens como, dependência da memória do entrevistado, alta variabilidade intrapessoal na ingestão de nutrientes, dificuldade para estimar o tamanho das porções, omissão de alimentos, incerteza dos requerimentos humanos a cerca de alguns nutrientes e do conteúdo encontrado nas tabelas de composição de alimentos (CRISPIM *et al.*, 2003, PESSANHA, 2008).

A medida antropométrica é um indicador direto do estado nutricional, porém avalia a segurança alimentar de forma indireta. Podemos obter valores normais de peso, estatura e índice de massa corporal em famílias que estão vivendo em situação de insegurança alimentar. Mesmo não havendo restrição energética, a qualidade da dieta pode estar comprometida, e, nesse caso, a segurança da alimentação, o que confirma os limites da antropometria para estimar a segurança ou insegurança alimentar (DREWNOWSKI; SPECTER, 2004). Contudo, o custo da antropometria é relativamente baixo, sendo possível o mapeamento da segurança alimentar do nível local ao nacional para compreensão de tendências, determinantes e conseqüências da má nutrição no nível individual, além de ser apropriada para o controle e a avaliação de intervenções (PERES-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

Infelizmente não se tem valorizado na prática o monitoramento do estado nutricional de nossa população (FROZI e GALEAZZI, 2004). O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), responsável pela produção dessas informações, não tem cumprido, por uma série de razões, com sua missão e seu objetivo de fornecer dados periódicos sobre a situação alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes. Uma vez que o SISVAN está implementado no âmbito municipal, deveria ser potencializado para efetivamente contribuir nesse processo (BRAGA, 2008).

Nas últimas duas décadas houve avanços importantes na mensuração de insegurança alimentar usando escalas baseadas na percepção ou experiência reportada pelos indivíduos afetados. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), proposta e validada para o Brasil por Segall-Corrêa (2003), tem sido reconhecida como indicador sensível para detectar famílias em risco de insegurança alimentar. A adaptação e a validação desse instrumento partiram da escala desenvolvida pelo *United States Department of Agriculture* (USDA), e aplicada em inquéritos populacionais naquele país desde 1995, além de em outros países desenvolvidos e subdesenvolvidos (YUYAMA, 2008). A EBIA classifica as famílias em quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar

moderada e insegurança alimentar grave. Essa escala é elaborada a partir de questionário com 15 perguntas referentes à experiência nos últimos três meses de insuficiência alimentar em diversos níveis de intensidade. Inclui desde a preocupação de que a comida possa acabar até a vivência de passar um dia todo sem comer. Quando não há nenhuma resposta positiva, a família é classificada em situação de segurança alimentar e a classificação da insegurança alimentar em diferentes gradientes corresponde a patamares diferenciados da soma dos pontos obtidos no questionário. As principais vantagens deste método provêm do fato de apreender o modo como às pessoas mais atingidas percebem a insegurança alimentar e a fome, permitir captar não só as dimensões físicas, mas também as dimensões psicológicas da insegurança alimentar e ainda classificar os domicílios de acordo com sua vulnerabilidade ou nível de exposição a INSAN, além de seu baixo custo de aplicação (SALLES-COSTA, 2008).

Quanto às desvantagens, considera-se esta metodologia suscetível a vieses de “prestígio” ou “benefício” se os entrevistados imaginam que, dependendo das respostas que derem às perguntas, eles próprios, seus domicílios e/ou suas comunidades poderão receber ajuda em alimentos ou benefícios sociais. Outra desvantagem é que, em virtude da necessidade de usar limites diferenciados para populações distintas, o algoritmo utilizado para classificar os domicílios, segundo o grau de INSAN a que estão expostos, pode não ser o mesmo para diferentes países ou até para diferentes grupos populacionais de um país. Por último, destaca que, embora meça várias dimensões do fenômeno de insegurança alimentar e nutricional, a escala não permite captar a falta de saneamento básico, a dimensão da segurança dos alimentos, ou seja, a qualidade microbiológica e a ausência de poluentes, tais como: metais pesados e pesticidas (PESSANHA, 2008).

Enquanto alguns métodos avaliam os fatores determinantes, como a ingestão alimentar e os gastos com a alimentação, outros avaliam as conseqüências da insegurança alimentar, como a antropometria. Todos os métodos se complementam e nenhum deve ser considerado superior ao outro, e, sua escolha depende da questão a ser respondida. A avaliação da segurança alimentar deve ser baseada na aplicação de vários destes métodos, permitindo que diferentes dimensões do problema possam ser avaliadas na mesma pesquisa ou estudo (PERES-ESCAMILLA, 2008).

Embora a questão mais importante e imediata incida no campo da garantia de acesso aos alimentos, às ações públicas, civis e governamentais, vêm convergindo para tal, com a implementação de programas de superação da pobreza, de geração de renda e de assistência alimentar direta. Já se constata a percepção de que as interações possíveis e necessárias na condução de políticas públicas são de grande amplitude neste campo, e que o escopo das

ações necessárias à garantia da segurança alimentar extrapola o tema da garantia de acesso (PESSANHA, 2004). O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, legitimado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006), nós dá a dimensão de quão abrangente deveria ser um sistema de indicadores que desse cabo da avaliação da segurança alimentar e nutricional. Enquanto isso, os indicadores utilizados para avaliação das políticas públicas em nosso país se resumem, em sua grande maioria, no número de pessoas atendidas pelos programas.

A experiência sobre a avaliação de Programas no Brasil não é extensa e ainda menos significativa e sistemática em relação aos programas de segurança alimentar e combate à fome. Segundo Peliano, 1990, alguns programas de suplementação alimentar e de subsídios a alimentos foram avaliados, assim como aspectos de cobertura dos programas, a partir de dados da Pesquisa de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989, demonstrando que as famílias de mais baixa renda não eram as que apresentavam maiores coberturas de benefícios.

Quase duas décadas depois, em 2007, podem ser citados alguns programas e indicadores associados à alimentação e nutrição que se encontram dentro do Catálogo de Indicadores do Ministério de Desenvolvimento Social. No Programa de Aquisição de Alimentos, um dos indicadores utilizados é o número de beneficiários indiretos da compra direta local da agricultura familiar municipal, sendo os beneficiários: usuários de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos e hospitais públicos e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Ainda dentro do Programa de Aquisição de Alimentos, há um indicador para o número de litros de leite adquiridos e outro para o número de famílias atendidas pelo programa. Para avaliar o Programa Restaurante Popular há o indicador do número de convênios estabelecidos para a implantação destes restaurantes. Dentro do Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos existem os indicadores referentes ao número de famílias beneficiadas, o número de cestas distribuídas e os quilos de alimentos distribuídos em cestas de alimentos pelo programa. Já o Programa Educação Alimentar, Nutricional e para o Consumo traz como indicadores: número de alunos beneficiados pela distribuição de cartilhas, número de escolas atendidas e número de cartilhas distribuídas pelo Projeto Criança Saudável, Educação Dez (CUNHA, 2007).

Os problemas relacionados a esses indicadores estão no fato de não refletirem a quantidade de alimentos que, de fato, é distribuída para cada instituição ou indivíduo beneficiado, além disso, tanto os indicadores atuais diretos e indiretos e até mesmo os próprios programas nacionais estão mais focados na Insegurança Alimentar, ou seja, na fome.

Sendo que, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional transcende esse conceito de fome simplesmente.

Considerações Finais

Existe uma grande demanda para a construção dos indicadores, do levantamento de diagnósticos e da produção de informações, principalmente para contribuir na focalização e no direcionamento das políticas públicas. Espera-se que a avaliação da segurança alimentar possa ser mais efetiva, principalmente tendo em vista a aprovação da LOSAN, que, entre outras coisas, destina especial atenção para o desenvolvimento de meios de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e cobra os seus resultados assim, espera-se a busca por métodos pouco onerosos e de fácil aplicação para o diagnóstico e o acompanhamento das ações.

A amplitude de campos de políticas relacionadas, direta ou indiretamente, ao tema de segurança alimentar, exige um trabalho preliminar de organizar as vinculações existentes entre os distintos campos. O desafio é refletir e propor formas de intervenções no planejamento e na avaliação das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Referências

BRAGA, V. **Democracia viva**. Concurso Revista Fórum e Fundação Banco do Brasil. Portal Ibase. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=conteudo&pid=909>>. Acesso em 22 out. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: DF, 2006.

CRISPIM, S.P.; et al. **Validação de inquéritos dietéticos: uma revisão**. Nutrire, São Paulo, v.26, p.127-141, dez., 2003.

CUNHA, J.V.Q. (org). Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: DF, 2007. 222p.

DREWNOWKI, A.; SPECTER, S.E. **Poverty and obesity: the role of energy density and energy costs**. American Journal of Clinical Nutrition, v.79, n.1, p.6-16, 2004.

FISBERG, R.M.; et al. **Questionário de frequência alimentar para adultos com base em estudo populacional**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.42, n.3, p.550-554, 2008.

FROZI, D.S.; GALEAZZI, M.A.M. **Políticas públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e de segurança alimentar e nutricional**. Cadernos de Debate, Campinas, SP, v.XI, p. 58-83, dez., 2004.

LEÃO, M.M. **A fome nos tempos de supersafras.** Folha de São Paulo, São Paulo, 25 ago. 2008. Disponível em: <[http:// planalto.gov.br/Consea](http://planalto.gov.br/Consea)>. Acesso em 15 jan. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial, Roma: 13 nov. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>>. Acesso em 16 jan. 2009.

PANELLI-MARTINS B.E.; SANTOS, S.M.C.; ASSIS, A.M.O. **Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil.** Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21 (suplemento), p.65s-81s, jul./ago.2008.

PELIANO, A.M. Quem se beneficia dos programas governamentais de suplementação alimentar. (Textos para discussão nº205). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF, nov., 1990.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA A. M. **Food insecurity measurement and indicators.** Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21 (suplemento), p.15s-26s, jul./ago.,2008.

PESSANHA L.D.R. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento – breve histórico.** Cadernos de Debate, Campinas, SP, v. 11, p.1-37, 2004.

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, C.; MITCHELL, P.V. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, MG, 29 set. a 03 out. 2008.

SALLES-COSTA, R. et al. **Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.** Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21 (suplemento), p. 99s-109s, jul./ago, 2008.

SEGALL-CORRÊA, A.M. **Insegurança Alimentar medida a partir da percepção de pessoas.** Estudos Avançados, São Paulo, SP, v.21, n.60, p.143-154, maio/ago, 2007.

SEGALL-CORRÊA, A.M. et al. Relatório Técnico. Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação (Urbano). Campinas: Unicamp; 2003.

WAITSMAN, J.; RODRIGUES, R.W.S; PAES-SOUSA, R. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome do Brasil, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, 2006.

YUYAMA, L.K.O.; et al. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, SP, v.21(suplemento), p.53s-63s, jul./ago., 2008

INDICATORS OF FOOD AND NUTRITION SECURITY

Abstract

Food and nutritional security is a theme broadly debated in relation to the main goals of planning and construction of public policies in Brazil. Its present definition establishes that food and nutritional security is the warranty to people of a regular and permanent access to quality foods, in sufficient quantity without compromising the access to other essential needs, having as a basis feeding practices that promote health, respect the cultural diversity and are sustainable socially, economically and environmentally.

There are several methods that can be used to measure Nutritional Food Security, and each of them picks up the phenomenon according to a scale and particular perspectives – and this, makes them potentially complementary. Therefore, while some evaluate the phenomenon in a national level of analysis, others get closer and approach it at a domiciliary or individual level. Some methods approach the availability of foods, while others treat the problem by means of access and stability of families in getting the foods. Theoretically, the higher the number of methods used in the evaluation, the higher the number of analyzed aspects and, therefore, the resulting view of the situation will be more complete and reaching.

There is a big demand for the construction of indicators of feeding and nutritional security, the survey of diagnoses and the production of information, mainly to help focusing and directing of public policies. The aim of this paper is to show and to discuss the indicators that are used at present to evaluate food and nutritional security in Brazil.

Key words: Food and nutritional security; public policies; indicators.